

Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua:

33. Os horários de funcionamento deverão ser mantidos e somente poderão ser alterados mediante recomendação da SMADS/Gestão SUAS.

34. Os Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua devem:

34.1. Reorganizar o atendimento de modo a evitar aglomerações nas atividades realizadas.

34.2. Suspender temporariamente a interação com voluntários e/ou atividades promovidas por pessoas que não compõem o quadro de profissionais, evitando também atividades externas ao serviço.

34.3. Adaptar as atividades socioeducativas planejadas com os usuários, de modo a implementá-las em pequenos grupos, em áreas abertas e sem contato físico, incluindo ações sobre prevenção e os cuidados com a higiene pessoal.

34.4. Orientar os usuários a não compartilharem objetos pessoais como: escovas de dente, creme dental, talheres, pratos, garrafas, copos, bebidas, toalhas, cigarro etc.

34.5. Prover insumos como: máscaras, sabão líquido ou preparação alcoólica, lenços de papel e luvas.

34.6. Os profissionais devem usar máscara comum bem ajustada ao rosto. Se a máscara ficar molhada ou com secreções, esta deve ser trocada imediatamente. Descartar a máscara comum imediatamente após o uso e lavar as mãos com água e sabão líquido ou álcool em gel após a remoção da máscara.

35. O serviço deverá aferir a temperatura de profissionais e de usuários, utilizando termômetros e realizando a sua higienização.

36. Em razão do agravamento das vulnerabilidades das pessoas em situação de rua, o trabalho social realizado deverá enfatizar os serviços de acolhimento como alternativa para maior proteção social.

37. É importante reforçar as condições de higiene do serviço, seguindo orientações dos órgãos de saúde e sanitários, tais como:

37.1. Limpar e desinfetar as superfícies, objetos de uso e banheiros regularmente com hipoclorito de sódio.

38. Os serviços deverão, na medida do possível, aumentar o número de banhos ofertados aos conviventes, de modo a assegurar sua higiene pessoal e a evitar a propagação do vírus.

38.1. Para lavagem de mãos com água e sabão líquido, devem-se utilizar, preferencialmente, toalhas de papel descartáveis para secar as mãos. Caso toalhas de papel descartáveis não estejam disponíveis, usar toalhas de pano individualizadas.

VII - SERVIÇOS DA PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

39. Os Serviços que compõem a rede socioassistencial especial de alta complexidade devem:

39.1. Suspender temporariamente a interação com voluntários e/ou atividades promovidas por pessoas que não compõem o quadro de profissionais, evitando também atividades externas ao serviço.

39.2. Adaptar as atividades lúdicas e socioeducativas planejadas com os acolhidos, de modo a implementá-las em pequenos grupos, em áreas abertas e sem contato físico, incluindo ações sobre prevenção e os cuidados com a higiene pessoal.

39.3. Suspender o recebimento de e o deslocamento para visitas familiares, priorizando que a manutenção dos vínculos se dê por meios de comunicação não presenciais: telefone, e-mails, mensagens eletrônicas, chamadas de vídeo, entre outros.

39.4. Manter a maior distância possível entre as camas, de modo a evitar a transmissão entre os acolhidos.

39.5. Prover todos os insumos: máscaras, sabão líquido ou preparação alcoólica, lenços de papel e luvas.

39.6. Limpar e desinfetar as superfícies frequentemente tocadas, como mesas de cabeceira, cama e outros móveis do quarto dos usuários e de áreas comuns diariamente com hipoclorito de sódio.

39.7. Limpar e desinfetar as superfícies do banheiro pelo menos uma vez ao dia com hipoclorito de sódio.

39.8. Quanto ao lixo, máscaras e outros resíduos gerados pelo usuário ou durante os cuidados com o usuário devem ser colocadas em lixeira com saco de lixo no quarto da pessoa antes do descarte com outros resíduos domésticos. Após retirar o lixo, lavar as mãos.

39.9. Os profissionais devem usar máscara bem ajustada ao rosto. Se a máscara ficar molhada ou com secreções, esta deve ser trocada imediatamente. Descartar a máscara imediatamente após o uso e lavar as mãos com água e sabão líquido ou álcool em gel após sua remoção.

39.10. O uso de luvas de procedimento deve ser restrito ao contato com fluidos do usuário.

39.11. Orientar os usuários a não compartilharem objetos pessoais como: escovas de dente, creme dental, talheres, pratos, garrafas, copos, bebidas, toalhas ou roupas de cama, cigarro etc.

39.12. Para lavagem de mãos com água e sabão líquido, devem-se utilizar, preferencialmente, toalhas de papel descartáveis para secar as mãos. Caso toalhas de papel descartáveis não estejam disponíveis, usar toalhas de pano individualizadas.

40. O serviço deverá aferir a temperatura de profissionais e de acolhidos diariamente, utilizando termômetros e realizando a sua higienização.

41. O serviço deverá providenciar cômodos para isolamento de usuários com sintomas ou diagnóstico de COVID-19, observando os critérios de cuidados estabelecidos nas orientações técnicas de saúde, dentre as quais:

41.1. Manter o acolhido em quarto ventilado (janela aberta e porta fechada).

41.2. Limitar a circulação do usuário no Centro de Acolhida e orientar que, ao compartilhar ambientes, o usuário use máscara bem ajustada ao rosto.

41.3. Os ambientes compartilhados (ex: banheiro, sala) devem estar ventilados (manter as janelas abertas).

41.4. O usuário deve ser orientado a cobrir a boca e o nariz durante a tosse e espirros, utilizando lenços de papel ou cotovelo flexionado, seguido de lavagem das mãos; bem como a descartar os materiais usados para cobrir a boca e o nariz imediatamente após o uso e lavar as mãos.

41.5. Na impossibilidade de garantir esta estrutura para usuários com sintomas, diagnóstico ou em tratamento para COVID-19, o serviço deverá comunicar imediatamente à SAS ou CPAS.

42. Todas as ocorrências de pessoas com sintomas ou diagnóstico de COVID-19 deverão ser comunicadas diariamente à unidade de saúde de referência do território e ao CREAS ou CPAS, devendo-se seguir o fluxo previsto no Anexo 1 desta Nota Técnica.

43. Todos os serviços de acolhimento deverão atualizar, diariamente, o SISA. Este registro será fundamental para acompanhar a demanda por serviços socioassistenciais durante a situação de emergência.

Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI e Centro de Acolhida Especial para Idosos - CAE Idosos:

44. Devem observar rigorosamente a atuação de acordo com o disposto na Portaria Intersecretarial SMADS/SMS de 31/12/2018, Protocolo Preliminar de Atuação Conjunta e as Orientações para monitoramento de idosos residentes em ILPI e CAEI: pandemia coronavírus (elaborada pela Secretaria Municipal da Saúde e divulgada à rede de acolhimento para idosos).

Serviço de Acolhimento Familiar:

45. Não há óbice à continuidade do acolhimento da criança pela Família Acolhedora decorrente da situação de emergência, motivo pelo qual o serviço deve sensibilizar e orientar a família a seguir as orientações das autoridades de saúde e sanitárias.

Casa Lar e Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - SAICA:

46. O serviço deve assegurar o acolhimento para todas as faixas etárias, adaptando os dormitórios conforme a demanda observada, não devendo restringir o atendimento a crianças e adolescentes em virtude de condições de saúde ou de outra natureza, nem congelar vagas sem solicitação prévia à SMADS/GSUAS/CPSE.

46.1. O serviço deliberará, em conjunto com CREAS e Varas da Infância, sobre saída autorizada e permanência neste período de emergência com seus familiares, assegurando a não exposição a risco ou desorganização familiar que resulte em prejuízos no processo do fortalecimento dos vínculos.

46.2. Suspender as atividades externas com padrinho afetivo e preservar o contato por telefone, e-mails, mensagens eletrônicas, chamadas de vídeo, entre outros.

Centros de Acolhida para Adultos em Situação de Rua

47. Todas as vagas de pernoite deverão ser convertidas em vagas fixas, visando a evitar o deslocamento das pessoas em situação de rua entre os territórios e a diminuir a rotatividade nos serviços.

Residência Inclusiva

48. O serviço deverá, se necessário, proceder à sensibilização dos empregadores dos usuários que exerçam trabalho externo. Caso não seja possível a dispensa durante a situação de emergência, é necessário reforçar medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde e sanitárias.

ANEXO 1 – Protocolo de encaminhamento para pessoas acolhidas na rede socioassistencial que apresentem sintomas de COVID-19

PUBLICADO POR OMISSÃO DE 30/04/2020

NOTA TÉCNICA SMADS Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2020

Complementa a Nota Técnica nº 01/SMADS/2020 com orientações técnicas à rede socioassistencial a serem seguidas durante o período de emergência estabelecido pelo Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Coordenadoria de Gestão do SUAS

Nota técnica nº 02/SMADS/2020, em complementação à NT nº 01/SMADS/2020, com orientações à rede socioassistencial a serem seguidas durante o período de emergência estabelecido pelo Decreto Municipal nº 59.283/2020

I. ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A presente nota técnica, destinada a toda a rede socioassistencial do município de São Paulo, complementa as orientações publicadas na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020. Deste modo, aplicam-se à presente todas as indicações e protocolos elencados na primeira.

2. Importante observar que as Notas Técnicas publicadas pela SMADS durante o período de emergência se fundamentam em documentos e informações oficiais das autoridades de saúde e sanitárias, podendo ser atualizadas e complementadas a qualquer tempo, mediante a disponibilização de novas orientações.

II - SUPERVISÃO TÉCNICA

3. Os CRAS, CREAS e Centros POP devem continuar atualizando o preenchimento do sistema de Registro Mensal de Atendimento - RMA, do Ministério da Cidadania, e do Sistema de Informação dos Centros de Referência - SISCr.

3.1. Não é necessário o envio da planilha de controle de dados de CRAS, CREAS e Centro POP para a Coordenação do Observatório de Vigilância Socioassistencial - COVS.

4. Resta suspensa, a partir da publicação desta Nota Técnica, a entrega das Declarações Mensais de Execução de Serviço Socioassistencial - DEMES, devendo os serviços da rede socioassistencial parceira preencherem, semanalmente, Formulário de Monitoramento da Rede Socioassistencial.

4.1. O Formulário de Monitoramento da Rede deverá ser encaminhado no primeiro dia útil da semana contendo os dados de atendimento da semana anterior. O primeiro preenchimento deverá ser realizado em 11/05/2020, com os dados referentes à semana de 04/05/2020 a 10/05/2020.

4.2. A SMADS disponibilizará link para o Formulário de Monitoramento da Rede Socioassistencial.

4.3. Caberá aos gestores de parceria verificar e cobrar, a partir de sistematização das informações disponibilizada pela SMADS, o preenchimento do formulário.

5. Os serviços da rede parceira devem enviar as DEMES correspondentes até o mês de abril, conforme prazos estabelecidos no calendário de entregas 2020, destinando-as simultaneamente para o equipamento de referência e para o email de COVS (observatoriosmads@prefeitura.sp.gov.br); devendo identificar no assunto do email o distrito, SAS e tipologia de serviço.

5.1. Ficam suspensas as entregas das sínteses de DEMES realizadas nas SAS.

5.2. Para os serviços que tiveram suas atividades suspensas durante a situação de emergência, as DEMES devem ser preenchidas de acordo com os dias em que o serviço funcionou para atendimento, comunicando e justificando a data da paralisação do trabalho com o público, se houver, e pontuando a realização de atendimentos por meios de comunicação não-presenciais. As justificativas devem ser enviadas por e-mail, junto com a DEMES, para o gestor da parceria, que deverá dar ciência à SAS.

6. Para os serviços da rede parceira que utilizam o Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários - SISA e o Sistema de Atendimento ao Cidadão em Situação de Rua - SISRUA, é imprescindível manter, em tempo real, o lançamento de registros de vinculação/desvinculação, presenças, atividades, atualizações de Plano Individual de Atendimento - PIA e de cadastros, nestes sistemas informacionais.

6.1. Qualquer mudança que se faça necessária no uso destes sistemas, bem como necessidade de suporte com dificuldades de acesso ou alteração de vagas de acolhimento, deve-se informar a equipe de COVS pelo canal de atendimento em <http://formulariosocial.blogspot.com.br>.

7. As SAS deverão preencher formulário diário disponibilizado pela SMADS com dados sobre a incidência de suspeitos ou diagnosticados com COVID-19 nos serviços da rede socioassistencial de acolhimento.

8. O trabalho social e as atividades socioeducativas realizados pelos serviços deverão ser adaptados em função da situação de emergência, a fim de garantir que as mudanças necessárias assegurem a continuidade da proteção social. Nesse sentido, é fundamental que as novas práticas desenvolvidas pelos serviços sejam registradas pelos gestores de parceria para compartilhamento na rede, potencializando o trabalho realizado.

8.1. As atividades relativas a horas técnicas poderão ser ofertadas via plataforma de educação à distância - EAD, a fim de assegurar a implementação do disposto no Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS.

9. Os supervisores da SAS devem realizar reuniões semanais com coordenadores de CRAS, CREAS e Centros Pop para alinhamento das orientações de Gestão do SUAS e acompanhamento das ações socioemergenciais realizadas no território pelas equipes técnicas, visando à convergência das respostas da política de Assistência Social no enfrentamento às situações de vulnerabilidade temporária vivenciada por indivíduos e famílias.

III - ALIMENTAÇÃO

10. Os serviços socioassistenciais em atividade com oferta de alimentação para os usuários deverão empreender ações para prevenir a transmissibilidade da COVID-19, tais como:

10.1. Alterar a forma de distribuição de refeições do sistema self-service para distribuição de refeições individuais ou, em não sendo possível efetuar a alteração, evitar o manuseio livre dos talheres de servir pelos usuários e garantir que o equipamento de exposição do alimento na área de consumo disponha de barreiras de proteção que previnam a contaminação.

10.2. Adotar estratégias para evitar aglomerações nos horários de refeições, tais como ampliar o horário de atendimento; definir horário exclusivo para grupos de risco; fracionar os usuários em turnos, dentre outras.

10.3. Certificar-se da condição de saúde dos profissionais que manipulam e entregam alimentos, tomando as providências necessárias para garantir as condições higiênico-sanitárias dos alimentos preparados.

10.4. Orientar sobre a higiene das mãos antes e sobre etiqueta respiratória durante as refeições e dispor quantidades suficientes de sistemas de higienização de mãos: água, sabonete líquido, papel para secagem e lixeira com pedal para descarte.

10.5. Adequar o espaço de oferta de refeições do serviço, quando possível, para que ocorra em locais ventilados e amplos, bem como redistribuindo as mesas, se necessário.

10.6. Todos os utensílios e equipamentos da copa ou refeitório devem ser higienizados e sanitizados com álcool a 70% ou solução de hipoclorito de sódio antes do início da distribuição de refeições e sempre que necessário, devendo-se observar a realização de limpeza e desinfecção frequente de bancadas, cadeiras, maçanetas e demais superfícies, bem como retirar das mesas das refeições objetos que possam ser potenciais veículos de contaminação, como jogos americanos, porta-guardanapos, entre outros.

10.7. Deve-se utilizar luvas adequadas na distribuição de refeições, no recebimento de utensílios usados, no manejo de resíduos e na higienização de ambientes e superfícies.

IV- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

11. A distribuição de cestas básicas e itens de higiene por serviços socioassistenciais parceiros encontra-se disciplinada em normativas específicas.

11.1. Caso não seja possível o atendimento, pelo serviço, a todas as demandas por cesta básica, o CRAS poderá ser acionado.

Serviço de Assistência Social à Família – SASF e Núcleo de Convivência do Idoso – NCI

12. Com a suspensão das atividades coletivas e presenciais, os serviços poderão realizar o acompanhamento de famílias e usuários por meio de ligações, mensagens, videochamadas, entre outros recursos não presenciais, devendo realizar este acompanhamento semanalmente, visando a mitigar o isolamento e agravamento das vulnerabilidades.

12.1. O contato a distância deverá incluir a orientação ao idoso e famílias sobre medidas de prevenção e sintomas da COVID-19 indicadas pelas autoridades de saúde e sanitárias, cujo rol exemplificativo encontra-se na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

12.2. A equipe deverá aumentar a frequência dos contatos aos idosos que residem sozinhos; que não contam com rede de apoio ou que apresentam vulnerabilidades em risco de agravamento;

12.3. Os serviços poderão mapear, no território, padarias, hortifrutis, açougues, supermercados, farmácias e outros comércios que disponibilizam entregas domiciliares, preferencialmente gratuitas, e repassar os contatos destes estabelecimentos aos usuários, famílias e idosos que deles necessitarem;

12.4. A equipe técnica deverá disponibilizar contato telefônico aos idosos e a familiares de referência, para fornecimento de informações ou acionamento em situações de agravamento social;

12.5. Os serviços deverão manter o referenciamento ao CRAS e articular com ele as possibilidades de atendimento das demandas dos usuários por outros serviços e benefícios.

13. As visitas domiciliares serão realizadas para os idosos que, de acordo com a avaliação técnica, necessitem recebê-las, bem como por solicitação do próprio idoso. Isso se aplica, no caso dos NCIs, tanto aos indivíduos inscritos nas vagas de convivência, quanto aqueles que estão em atendimento domiciliar.

13.1. As visitas realizadas deverão se atentar sobretudo às demandas do usuário que decorram da situação de emergência, de modo a viabilizar estratégias para mitigação dos efeitos do isolamento social.

13.2. As visitas deverão seguir os cuidados indicados pelas autoridades de saúde e elencados na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa

14. Está mantida a entrega de alimentação aos idosos acompanhados pelo serviço, seguindo rigorosamente as orientações das autoridades de saúde e sanitárias quanto à prevenção da COVID-19, elencadas em rol exemplificativo na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV: Centro para Crianças e Adolescentes - CCA, Centro para Juventude - CJ, Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo - CEDESP, Centro de Convivência Intergeracional - Cinter, Circo Social, Clube da Turma, e Centro de Referência da Cidadania do Idoso - CRECI

15. Encontram-se suspensas as atividades de convívio, devendo manter-se o acompanhamento dos usuários por meio de canais de comunicação não-presenciais (telefone, e-mail, mensagem e outros), priorizando-se, nesse contexto, o acompanhamento semanal a idosos e pessoas com deficiência.

15.1. Os serviços deverão orientar os usuários sobre as recomendações de prevenção da COVID-19 das autoridades de saúde e sanitárias, elencadas em rol exemplificativo na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

15.2. Os serviços poderão desenvolver estratégias de atendimento remoto que contemplem o trabalho social com o usuário e atividades de caráter lúdico e socioeducativo.

15.3. Os serviços que atendem crianças e adolescentes poderão oferecer materiais e orientar as famílias para realização de atividades lúdicas no ambiente domiciliar.

15.4. Na impossibilidade de qualquer acompanhamento remoto e verificando-se o agravamento do risco social, poderão ser realizadas visitas domiciliares, tomando-se os devidos cuidados enumerados na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

V - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: CREAS E CENTROS POP

16. Os CREAS e Centros POP deverão se adaptar para receber e realizar encaminhamentos para os CRAS, diante do teleatendimento regulamentado pela Portaria nº 12/SMADS/2020, orientando municípios sobre as opções disponíveis de agendamento eletrônico.

17. Os CREAS e Centros POP deverão fornecer todas as informações sobre o acesso a benefícios socioassistenciais e emergenciais aos municípios com as referidas demandas, podendo utilizar como material de consulta sobre o tema a Cartilha de Orientações para o Teleatendimento dos CRAS.

VI – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS

18. Para o deslocamento de usuários com suspeita ou diagnóstico de COVID-19, devem ser adotadas as seguintes medidas:

18.1. A equipe deverá fazer uso de aventais descartáveis e máscaras, e o usuário deverá usar máscara durante todo o trajeto.

18.2. Tomar precauções de distanciamento, evitando contato físico.

18.3. Caso haja necessidade de tocar o usuário, devem-se usar luvas, máscaras e avental descartável, os quais devem ser descartados após o uso de maneira segura.

18.4. Transportar somente um usuário a cada viagem, mantendo as janelas abertas.

19. Para o deslocamento de usuários que não se enquadram no item anterior, devem ser adotadas as seguintes medidas:

19.1. Transportar no máximo quatro usuários a cada viagem mantendo as janelas abertas.

19.2. Tomar precauções de distanciamento para evitar contato físico.

20. Os serviços de abordagem deverão informar os usuários sobre a existência de pias, lavanderias e banheiros públicos instalados no Município, bem como orientá-los sobre a importância da higiene e limpeza para prevenção de contágio da COVID-19.

Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - MSE

21. De acordo com o Comunicado do Conselho Superior de Magistratura nº 47/20, prorrogam-se, por mais 30 (trinta) dias, os prazos previstos no Provimento CSM nº 2546/20, o qual estabelece (art. 1º, §1º) que os adolescentes em liberdade assistida devem ser acompanhados à distância pelos técnicos da medida.

21.1. O atendimento remoto dos adolescentes pode ser realizado no espaço dos serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto ou externamente, por meio de teletrabalho.

21.2. Em atendimento a decisão judicial do Departamento de Execuções da Infância e Juventude, os serviços deverão peticionar, no processo de execução do adolescente, o relatório com as informações decorrentes do acompanhamento à distância, no prazo de 60 dias, sem prejuízo de imediata comunicação de eventual situação de risco.

21.3. Os adolescentes deverão ser comunicados de que, durante a suspensão da medida, existe a exigência de envio de relatórios de acompanhamento a distância ao juiz, a fim de zelar pelo respeito aos direitos e garantias legais e para manter o diálogo de forma efetiva durante o período de suspensão.

21.4. Deverá se manter uma rotina de contato semanal com os adolescentes, priorizando-se o agendamento do contato nos mesmos dias e horários. Paralelamente, devem-se manter contatos frequentes com os pais e/ou responsáveis.

21.5. Os serviços devem planejar como se dará o teleatendimento, definindo as ferramentas; metodologia; instrumentos de registros dos contatos efetivados e da evolução durante o período de acompanhamento remoto; métodos para discussão de casos e meios de orientação da gerência aos técnicos. Recomenda-se o uso de ferramentas digitais que estejam ao alcance dos atendidos, que favoreçam atividades socioeducativas e que incentivem a participação individual e coletiva dos atendidos.

21.6. Os adolescentes que comparecerem para início de medida devem ter seus dados de identificação coletados, ser orientados sobre a suspensão do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e ser informados que receberão atendimento à distância semanal até que os procedimentos voltem à normalidade.

21.7. Recomenda-se, quando possível, evitar as transferências de adolescentes que já estejam em acompanhamento, favorecendo a manutenção dos vínculos estabelecidos.

Centro de Defesa e Convivência da Mulher - CDCM

22. É fundamental que os CDCMs planejem as metodologias e ferramentas de atendimento durante o período de emergência, levando em consideração particularmente os efeitos que o distanciamento social podem causar para mulheres vítimas de violência que coabitam com seus agressores.

22.1. Os serviços deverão elaborar plano de acompanhamento semanal das usuárias vinculadas através de contato telefônico, aplicativos de mensagem de texto e/ou ferramentas virtuais que permitam a participação coletiva, de acordo com a avaliação técnica. Devem, ainda, realizar os atendimentos presenciais que se fizerem necessários, se possível, por meio de agendamento prévio.

22.2. Para o caso de demandas espontâneas ou encaminhamentos dos CREAS ou outras políticas públicas, deve-se realizar a escuta qualificada da mulher para avaliação do caso. Caso se identifique a necessidade de acolhimento, o serviço deverá priorizar possibilidades de acionamento da rede de apoio apresentada pela mulher, como, amigas(os) e familiares. Na impossibilidade desse encaminhamento, a solicitação de vaga para acolhimento em serviços CAEMSV - sigiloso, bem como para os CAEM, se dará por meios dos CREAS.

22.3. A equipe técnica deverá buscar construir, junto com a usuária, o mapeamento da rede de serviços do território na qual a mulher já é ou pode vir a ser referenciada, bem como da rede de vínculos (amigas, familiares, colegas de trabalho) com potencial para apoiá-la durante o período de distanciamento social.

Serviços de Proteção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV

23. Os SPVV devem suspender as atividades presenciais nos termos que seguem:

23.1. As crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias atendidas inicialmente pelos CREAS serão encaminhadas para acompanhamento remoto nos SPVV.

23.2. Os SPVV deverão utilizar meios de comunicação não-presenciais para acompanhamento semanal dos usuários atendidos pelo serviço.

23.3. Em caso emergencial e na impossibilidade de atendimento remoto, devem-se realizar visitas domiciliares às famílias, seguindo as orientações gerais das autoridades de saúde e sanitária arroladas na Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

23.4. Os encaminhamentos dos casos aos órgãos do sistema de garantia de direitos (delegacias especializadas, conselhos tutelares, Varas da Infância e Juventude, entre outros) serão efetuados por meio de ligações, mensagens, entre outros recursos não presenciais.

23.5. As equipes técnicas dos SPVV deverão efetuar semanalmente e por ferramenta remota reunião para discussão dos casos. Deverão, ainda, continuar com a elaboração de relatórios sociais e atualização dos planos individuais de acompanhamento em estreita comunicação com os gestores das parcerias.

Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua

24. Os Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua devem ampliar a frequência de limpeza da unidade para, no mínimo, duas vezes ao dia, devendo ser realizada com álcool 70%, solução com hipoclorito de sódio ou outro desinfetante adotado pelo serviço, com especial atenção para as superfícies mais tocadas como bancadas, teclados de computador, telefones, pias e vasos sanitários, maçanetas, corrimões, dentre outras.

24.1. Nos procedimentos de limpeza do ambiente, recomenda-se não utilizar ar comprimido, água sob pressão, ou qualquer outro método que possa gerar respingos ou aerossóis.

24.2. Para a limpeza geral, orienta-se optar pela varredura úmida e evitar varredura seca, por levantar poeira depositada no piso.

24.3. Os ambientes compartilhados (banheiros, salas, lavanderias) devem estar constantemente ventilados, mantendo-se as janelas abertas.

25. Os serviços devem assegurar a manutenção de, no mínimo, um metro de distância entre os conviventes, particularmente organizando a fila de entrada e o acesso a refeitórios, sanitários e chuveiros.

26. Os Núcleos poderão ampliar horários para lavagem de roupas; bem como orientar os conviventes sobre a importância de manter as roupas higienizadas.

27. Os serviços deverão afixar material gráfico informativo com orientações dos órgãos oficiais da saúde e sanitários para prevenção da transmissibilidade da COVID-19, tais como as relativas a lavagem das mãos, etiqueta respiratória e distanciamento social.

28. Na hipótese de ser identificado, no serviço, usuário com sintomas de COVID-19 (febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório: tosse, dificuldade para respirar, falta de ar, dor de garganta, coriza, e pés, mãos ou boca azul-arroxeadas), deverá ser acionada a equipe de saúde de referência do território, bem como:

28.1. Questionar sobre com quem o indivíduo teve maior contato no Núcleo, para monitoramento e orientações, e sobre o local onde tem dormido, articulando com a rede socioassis-